

REQUERIMENTO Nº _____, de 2017.

(Do Sr. CAPITÃO AUGUSTO)

Requer a inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei (PL) **388/2015**, que extingue a saída temporária de presos; **PL 1383/2015**, que revoa a previsão no Código Penal, como circunstância atenuante, o fato do réu ser menor de 21 anos, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença; **PL 6052/2016**, que prevê a execução de pena em estabelecimentos penais federais; **PL 1174/2015**, que revoga dispositivo que permite reduzir pena de traficantes em até 2/3; **PL 6556/2016**, que aumenta a pena do crime de ingresso ou facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional; e **PL 5926/2016**, que aumenta a pena do crime de ingresso ou facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.

Requeiro a Vossa Excelência, Como Presidente da Comissão de Segurança Pública, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na ordem do dia das seguintes proposições de pertinência temática da Comissão e de grande relevância para o aprimoramento da nossa legislação, abaixo descritas:

<p><u>PL 388/2015</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 3468/2012.</p> <p>Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).</p> <p>Relator, Dep. Efraim Filho (DEM-PB), Parecer pela aprovação.</p>	<p>Revoga os artigos art. 122, 123, 124 e 125, da Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal.</p>
<p><u>PL 1383/2015</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 2862/2004.</p> <p>Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)</p>	<p>Revoga o inciso I do art. 65 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.</p>
<p><u>PL 6052/2016</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 6051/2016, aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação CFT.</p>	<p>Altera a Lei nº 7210/84, dispondo sobre execução de pena em estabelecimentos penais federais.</p>
<p><u>PL 1174/2015</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 6315/2013.</p> <p>Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revoga o § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
<p><u>PL 6556/2016</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 4911/2005, pronto para a Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal".</p>	<p>Altera o art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal, e dá outras providências.</p>
<p><u>PL 5926/2016</u></p>	<p>Situação: Apensado ao PL 7878/2010, aguardando Deliberação na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.223, de 2006, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima e apensados (PL722306).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumenta a pena do crime de ingresso ou facilitação de entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.

Sala das Sessões em 14 de agosto de 2016.

CAPITÃO AUGUSTO

Deputado Federal – PR/SP
Presidente da Comissão de Segurança Pública – CSPCCO
Vice-Líder do PR